



Educação Sexual: quem deve ser o formador? Análise comparada de fontes²⁹

ALMEIDA, Tiago; MARINHO, Sara; TAVARES, Sara

Revisão: NUNES, Lucília

1. Do tema

A escolha do tema Educação Sexual está relacionada com a controvérsia no paradigma actual do ensino, constatada pela divergência e variedade de opiniões, bem como pelo facto de ter sido publicada a recente Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, alertando o grupo para os novos contornos e pertinência desta temática. Daí que tenha surgido a questão, que dá o título a este trabalho – “Educação Sexual: Quem deve ser o Formador?”. Suportando esta escolha com dados estatísticos, e reportando-nos especificamente, à gravidez na adolescência e à prevalência de infecções por HIV, Portugal possui concomitantemente o maior número de gravidezes em adolescentes com menos de 17 anos e de infecções pelo vírus do HIV em jovens com menos de 25 anos (SOUSA e BOAS, [s.d]).

Definimos como objectivo geral: averiguar, através de uma análise comparada de fontes, sobre os vários agentes intervenientes na temática da educação sexual. Para alcançar este objectivo geral, tecemos alguns objectivos específicos, sendo: (1) Atentar especialmente ao estabelecimento e cumprimento de critérios de selecção das fontes consultadas, com o intuito de promover a credibilidade, fidedignidade e validade dos conteúdos explanados; (2) Identificar, primeiramente quais os agentes intervenientes; (3)

Compreender e dar a compreender, à luz das diferentes noções adquiridas com a pesquisa, de que forma se expressa o papel de cada um destes intervenientes, para o enquadramento desta temática; (4) Apresentar todas as informações num texto bem estruturado, coeso e coerente, de linguagem acessível e cuidada, num discurso de carácter imparcial, que se coadune e permita o cumprimento dos objectivos a que nos propomos com este trabalho;

2. Sobre os critérios de selecção das fontes

Na selecção das fontes consideradas para a elaboração deste trabalho e tendo em conta o propósito do mesmo, torna-se imperativo, apresentar alguns dos aspectos imprescindíveis para assegurar a credibilidade, validade e fidedignidade das mesmas. Uma vez que consultámos fontes com diferentes formatos, estabelecemos critérios específicos aplicados a cada um destes, distinguindo-os em **Artigos Científicos e Outros Documentos, Websites e Livros**, bem como critérios gerais que enumeramos seguidamente.

Artigos Científicos e Outros Documentos

Um dos aspectos a considerar em relação à selecção dos artigos científicos é o Factor de Impacto (FI) que, embora seja alvo de diversas críticas, tem vindo a ganhar crescente expressão no que concerne à validade das fontes levando a uma hierarquização das publicações científicas disponíveis a que o FI está associado.

O FI, traduz a razão entre o número de vezes que os artigos de uma revista são citados, durante um determinado período de tempo e o número total de artigos publicados por essa revista nesse mesmo período (VILHENA e CRESTANA, 2002). Por exemplo, o factor de impacto de uma revista em 1996 é calculado da seguinte maneira: número de citações no *Science Citation Index*, em 1996, para os artigos publicados em 1994 e em 1995, dividido pelo número de artigos que a revista publicou nestes dois anos.

²⁹ Trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Ética II, leccionada na Escola Superior de Saúde integrada no Instituto Politécnico de Setúbal, ano lectivo 2009/2010. Como resultados esperados, a unidade curricular contempla o desenvolvimento de conhecimentos sobre bioética, o treino da reflexão e o debate dos problemas bioéticos, a análise aprofundada sobre uma temática que cruza bioética e enfermagem e a capacitação para a tomada racional de decisões em problemas surgidos da prática de enfermagem, sob um enfoque pluralista e transdisciplinar (NUNES, 2009).

Assim, se a revista publicou 115 e 120 artigos, respectivamente, em 1994 e em 1995, e se estes artigos foram citados 200 vezes em 1996, o factor de impacto dessa revista é 200/235, ou seja o seu FI em 1996 é igual a 0,851 (PINTO e ANDRADE, 1999).

Os factores de impacto de periódicos indexados ao *Institute for Scientific Information*, têm sido publicados no *Journal of Citation Reports* todos os anos, desde 1972. Ai, estão reunidos dados do *Science Citation Index* (SCI), *Social Sciences Citation Index* (SSCI) e *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI), encontrando-se as informações organizadas no sentido de revelar o número de citações dos artigos publicados no próprio *Journal of Citation Reports* e nos demais periódicos indexados, naquele ano (PINTO e ANDRADE, 1999).

No entanto, segundo Pinto e Andrade (1999), por vários motivos (ex. artigos com erros conceptuais ou de interpretação de resultados são mais citados, por serem mais contestados; o número de revistas por área de conhecimento é muito diferente de área para área, pelo que nas áreas com maior número de revistas, os artigos publicados têm maior probabilidade de serem citados; uma revista que tenha apostado em artigos de revisão, ou que inclusivé se dedique exclusivamente à publicação deste tipo de artigo, tem sempre um maior número de citações; a língua de escrita dos artigos, ou o país de origem da revista, podem limitar o número de citações feitas; entre outros, etc) há que ter cautela na valorização deste factor, pelo que, dada a nossa inexperiência na observação deste parâmetro, optamos por incluir apenas os artigos de revistas cujo factor de impacto seja conhecido, não tendo estabelecido um intervalo de valores numéricos que determine a sua inclusão.

Relativamente à selecção de outros documentos (ex. *guidelines*, programas, protocolos, actas) consideramos que a indicação que provêm de entidades oficiais, como associações reconhecidas e órgãos governamentais, é fundamental, pelo que apenas os documentos que o fazem sejam incluídos no trabalho.

Websites

Quando se trata de informação existente num *Website*, existem inúmeros elementos associados aos conteúdos que permitem certificar a sua credibilidade. Estes levam-nos a averiguar se a página foi pensada para um dado contexto e/ou tipo de utilizador, pelo que, esta não deverá conter expressões, imagens ou outros recursos que possam ser inapropriados para aqueles a quem se dirige (CARVALHO, SIMÕES e SILVA, 2005).

Além disto, um website deverá conter hiperligações para páginas que abordem a mesma temática, identificar claramente o autor, bem com dispor informação que o caracterize enquanto profissional com competência na área (CARVALHO, SIMÕES e SILVA, 2005).

Desta forma, consideramos que apenas os sites que apresentem estas características podem ser incluídos no trabalho, constituindo estes critérios de inclusão. No entanto, optamos por incluir alguns websites que contemplam os aspectos anteriormente estabelecidos, uma vez que a sua função prendeu-se por ilustrar o pensamento espelhado pelo senso comum e entidades religiosas que no fundo, dão forma à perspectiva global da sociedade sobre esta temática.

Livros

Em relação ao recurso a livros, consideramos que desde que os autores estejam bem identificados, reconhecendo-se a sua competência na área em que se inscrevem os conhecimentos que apresentam, ou a editora esteja associada a algum órgão ou instituição oficial ou seja especialista na área, o livro pode ser incluído no trabalho.

Desta forma, e numa óptica transversal a todos os formatos, temos a indicar que procurámos que as fontes datassem de há 10 anos no máximo, considerando a evolução dos conhecimentos e da discussão do assunto em causa. Contudo, incluímos algumas referências mais antigas, que surgem com o intuito de promover o enquadramento histórico da temática.

Também a competência dos autores na área em questão, é um critério geral, pois consideramos fulcral conhecer as habilitações académicas e profissionais dos mesmos. Algumas das fontes consultadas não apresentavam estas informações, pelo que foi realizada pesquisa nas próprias revistas, editoras, sites das universidades, institutos, associações ou outras entidades em que estivessem a exercer funções ou a que estivessem ligados. Por fim, para que o leitor tenha acesso às informações referentes à satisfação dos critérios de selecção por cada uma das fontes consultadas, à medida que vão sendo citadas, surgem em nota de rodapé as respectivas informações dos autores e revistas, sendo também mencionados, os objectivos dos estudos ou documentos em análise.

Uma vez conhecidos todos os critérios de selecção, passemos assim à análise comparada de fontes, propriamente dita.

3. Os vários intervenientes da Educação Sexual

A história da educação sexual pode ser dividida em dois tempos, o pré-século XX, e o pós-século XX, pois de acordo com Vilar (2002)³⁰, a necessidade da educação sexual surgiu na primeira metade do século XX, sendo resultado de um movimento, científico, cívico e intelectual, que contou com as ideias de Freud, Ellis e Hirshfield. Completando esta ideia, Moran (2008)³¹ refere que antes do início do século XX, a percepção da sexualidade era ainda confusa, na medida em que a maior parte das pessoas vivia em zonas agrárias onde o fenómeno da reprodução era compreendido ou dado a compreender pela família, dependendo da sua sabedoria. Um exemplo ilustrativo de tal, era a ideia transmitida às jovens de que deveriam ficar castas até ao seu casamento, e que na noite das suas núpcias as mães conversariam com elas acerca do início da vida sexual e da reprodução em si. Nisto, os jovens eram levados pelos seus familiares ou colegas de trabalho a um bordel para se iniciarem nos “mistérios” do acto sexual.

Vilar (2002), num espectro mais virado para Portugal, relembra o facto de terem existido escolas distintas para rapazes e para raparigas, onde figuravam reprimendas e castigos relativos a comportamentos de índole sexual, atribuindo uma conotação negativa à sexualidade. Enquadra, ainda esta fase da educação sexual num “modelo de negação”, onde o silêncio e a repreensão dominavam a educação sexual ou neste caso promoviam a não existência de qualquer tipo de educação.

No entanto, hoje, a percepção da sexualidade envolve outros aspectos além da reprodução, não se cingindo apenas ao coito. A Organização Mundial de Saúde (1975), define-a como sendo “uma energia que motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ser-se sexual. Influencia pensamentos e, por isso, influencia também a saúde física e mental”.

Em 1984, foi publicada, em Portugal, no Diário da Republica a Lei nº3/84, de 24 de Março, que daria ao estado a função de garantir o direito à educação sexual dos jovens nas escolas, como componente do direito fundamental à educação. Esta tinha como principal objectivo implementar programas de educação sexual e difundir consultas de planeamento familiar, esperando diminuir o número de jovens grávidas e por conseguinte o de abortos induzidos. Todavia, para a sua concretização o normativo prevê que para além do papel essencial das escolas e profissionais, também os pais devem apoiar os filhos no processo de aprendizagem sexual. Em suma, tal como Costa (2006)³² e Marques et al. (2000)³³ mencionam, são considerados fulcrais diversos agentes educativos intervenientes neste projecto, nomeadamente professores, pais, profissionais de saúde, grupos de pares e meios de comunicação social, pressupondo um

³²COSTA, Alda – Mestre em Educação para a Saúde. Realizou um estudo exploratório e descritivo transversal que visa obter as opiniões dos professores e alunos no que se refere à implementação da Educação Sexual em contexto escolar, bem como a importância desta para a aquisição de um melhor nível de Saúde dos alunos.

³³MARQUES, António – Professor Coordenador da Área de Ciências Sociais e Humanas da Escola Superior de Saúde de Setúbal, Mestre em Psicologia Social e Organizacional.

³⁰ VILAR, Duarte – Professor Doutor em Sociologia da Cultura e da Comunicação, Lecciona na Universidade Lusíada de Lisboa.

³¹MORAN, Jeffrey - Professor Doutor pela universidade de Harvard, em história da educação, saúde pública e sexualidade.

trabalho em parceria, em que os esforços não são alternativos, mas complementares.

Ainda ao encontro aos diversos intervenientes referidos, Vilar (2005); Saavedra *et al.* (2007)³⁴; Ramiro e Matos (2009)³⁵ reportam-se à sexualidade humana, como socialmente modelada sofrendo por isso constantes transformações produzidas pelos diversos intervenientes, sejam estes informais (como os familiares, pares ou amigos), formais (meio escolar) ou grandes modeladores sociais (como os *mass media*). Exactamente da mesma opinião, mas aplicando o conceito de “settings” em vez de intervenientes, encontram-se Forrest e Kanabus (2009)³⁶, referindo que diferentes “settings” providenciam diferentes contextos e oportunidades para a educação sexual. Neste sentido, Nunes³⁷ (2005) explana a importância da exploração de cada um destes agentes, uma vez que a educação sexual tem “múltiplas dimensões, desde a biológica à psicológica e da sociológica à ética”.

3.1 . Família

Primeiramente deve-se ter presente que na actualidade, a família é definida como um sistema social constituído por duas ou mais pessoas que dependem uns dos outros para se apoiarem emocional, física e economicamente. Este apoio passa também pela partilha recíproca de afectos, responsabilidade mútua, compromisso, tomada conjunta de decisões e estabelecimento de objectivos comuns. A OMS (1994) sublinha o facto de família não designa apenas por um

conjunto de pessoas unidas por laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adopção, mas sim um grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum. Neste sentido, a família desempenha um papel fundamental na educação dos seus membros, uma vez que é no seio desta que os valores éticos e humanitários são adquiridos, iniciando assim a construção das bases para viver em sociedade (HANSON, 2004; ALMEIDA e CENTA, 2008³⁸). Quem partilha da mesma opinião é Vilar (2005), que aplicando estes conceitos ao campo da educação sexual, menciona o papel fulcral desta, não só na construção de uma identidade sexual, como também na formação de atitudes e traços estruturais da personalidade do indivíduo, que são futuramente integrados em todas as relações interpessoais estabelecidas. Ainda nesta óptica, surge Marques, *et al.* (2000), defendendo com veemência a importância da família na educação sexual, uma vez que é nesta esfera social que se realizam as primeiras relações afectivas, vinculativas e de socialização, determinantes nas posteriores fases do ciclo de vida e respectivas dimensões afectivas e sexuais.

Não obstante, quando se trata de abordar temas relacionados com a sexualidade muitos membros da família, em especial os pais, não sabem como abordar esta temática. Segundo Almeida e Centa (2008) quando estes se virem confrontados com a puberdade dos seus filhos, será importante que os tentem compreender, para que se estabeleça uma relação de confiança entre ambos, viabilizando o diálogo aberto sobre esta área. Um outro autor que aborda esta dificuldade comunicacional entre pais e filhos, é Vilar (2005) ao referir que um dos principais obstáculos encontrados pelos progenitores corresponde à resistência oferecida pelos próprios filhos, uma vez que estes entendem tais diálogos como intrusões à sua intimidade. Forrest e Kanabus (2009) completam esta

³⁴ SAAVEDRA, Luísa – Professora Auxiliar na Universidade do Minho, mestre em Psicologia.

³⁵ MATOS, Margarida – Professora Doutorada em Motricidade Humana com formação em Psicologia; RAMIRO, Lúcia – Professora Mestre na Faculdade de Motricidade Humana; Realizaram um estudo, publicado na Revista de Saúde Pública (0.226) com o intuito de avaliar percepções e atitudes em relação à educação sexual entre professores portugueses do ensino básico e secundário. Para tal foram questionados 371 professores de ambos os sexos, do segundo e terceiro ciclos e do ensino secundário no continente Português.

³⁶ FORREST, Simon – Mestre em Educação Sexual e Doutor em sociologia. Actualmente é professor de saúde sexual nos adolescentes, no St George's Hospital Medical School e na Kingston University; KANABUS, Annabel – Directora da fundação de caridade Avert, que está envolvida em projectos de distribuição de panfletos e livros, pelas escolas, sobre educação sexual.

³⁷ NUNES, Lucília – Professora Doutorada em Filosofia, Coordenadora da Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde.

³⁸ ALMEIDA, Ana - Mestre, Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná ; CENTA, Maria - Doutora, Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná). Foi realizado um estudo, publicado na Revista Acta Paul Enfermagem (FI: 0.1024) cujo método se centrou numa pesquisa qualitativa descritiva exploratória, para identificar como os pais vivenciam a educação sexual dos seus filhos na adolescência.

concepção, destacando o contributo que o educando tem para a sua própria educação sexual, indicando que este ao ter este comportamento está, não só a promover o incumprimento do dever e direito que os pais possuem no processo de educação, como também a impossibilitar o usufruto dos conhecimentos e sabedoria que estes lhe poderiam transmitir. Como solução apontada para situações desta índole, os mesmos autores sugerem uma postura de compreensão e respeito pelo silêncio dos filhos dotada de sentido de oportunidade, uma vez que é importante ser sensível a estes momentos que poderão proporcionar uma abertura comunicacional sobre a temática, sendo exemplo disto a visualização de programas televisivos em família.

Abordando diferentemente as questões da comunicação na educação sexual, está Marques *et al.* (2000) ao constatar que no contexto familiar comunicação verbal não é a mais importante, na medida em que a proximidade ou a distância física, as reacções verbais ou não verbais e silêncios voluntários ou involuntários, acerca de acontecimentos relacionados com esta temática, são fontes de aprendizagem igualmente notórias.

Todavia, tal como Nunes (2005) nos relembra tem que se colocar a possibilidade de que o papel da família esteja fragmentado. Neste caso, surge Vilar (2005), que completa dando destaque à pertinência da comunicação com outros, além dos membros familiares. Marques *et al.* (2000) reforça defendendo que o processo de educação sexual, não deve ser delegado única e exclusivamente nos familiares, devendo-se envolver agentes exteriores a estes, nomeadamente a escola, os profissionais de saúde, meios de comunicação social e os grupos de pares.

3.2. Grupos de Pares

Relativamente à influência que os pares exercem na educação, mais concretamente na educação sexual, partindo do raciocínio de Marques *et al.* (2000) constata-se que os líderes dos grupos de pares, através da sua capacidade de induzir formas de pensar e comportamentos nos outros, podem contribuir

significativamente para o processo educativo. Vilar (2005) e Saavedra *et al.* (2007) partilham da mesma posição, uma vez que tal como o ambiente familiar, também este é um campo de aquisição e treino de competências sociais diversificadas, incluindo as sexuais.

Neste âmbito, e citando Almeida e Centa (2008), sabe-se hoje em dia que quando as relações comunicacionais com a família são escassas resultando numa não transmissão de informação sobre a sexualidade, os jovens tendem a procurá-la junto dos seus amigos, contribuindo assim para práticas sexuais de risco. No entanto, Sieving *et al.* (2006) e Mellanby *et al.* (2001) sugerindo a mesma relação entre os pares, chegam a uma conclusão diferente, ao constatarem que os adolescentes cujos amigos optaram pela decisão de adiar a primeira relação sexual têm uma elevada tendência para seguirem o mesmo caminho. Os resultados dos estudos, permitiram ainda comprovar que a altura da primeira relação sexual é determinada fortemente, pelos valores e comportamentos inerentes à sexualidade do grupo de amigos, cujos laços afectivos são mais vinculados. Deste modo, estes investigadores verificaram que para reduzir possíveis comportamentos de risco, é crucial existir um suporte de todos os outros agentes formais ou informais, tais como os pais, família, mentores, professores e outras figuras de referência. Marques *et al.* (2000) vai ao encontro das conclusões destes autores, acrescentando que os líderes de pares devem ser capacitados através de um programa de educação sexual, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas com a escuta activa dos sentimentos dos colegas, resolução de actividades mais complexas, conhecimento e divulgação de fontes de informação e recursos de aconselhamento.

3.3 Escola

Silva [s.d]³⁹ no que concerne à matéria de educação sexual na escola escreve-nos de forma bem elucidativa: “ Educação sexual: não é possível não

³⁹SILVA, Maria – Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Porto

fazer” quer num seio familiar ou num contexto mais formal como a escola. Tal como acontece junto dos familiares, também os silêncios ou respostas que são dadas aos alunos/estudantes sobre estes assuntos, traduzem opiniões ou sentimentos sobre a matéria. Marques *et al.* (2000) apoia esta linha de pensamento ao escrever que a escola, enquanto espaço de socialização das crianças e jovens, tem um relevante papel a desempenhar neste âmbito.

Todavia, é frequente encontrar-se argumentos que refutam as ideias anteriores, defendendo que a prática da educação sexual nas escolas promove a promiscuidade entre os jovens⁴⁰. Veja-se que são inúmeros os estudos que revelam que a educação sexual não incita o início precoce da actividade sexual, motiva sim pelo contrário, o retardamento desta, promovendo, ainda a adopção de estilos de vida sexual tão saudáveis quanto responsáveis (MUELLER *et al.*, 2007⁴¹; COLLINS *et al.*, 2002⁴²). Em contraste, encontra-se DiCenso *et al.* (2002), com um estudo baseado na evidência que conclui que, apesar da grande heterogeneidade de resultados existentes na literatura, os programas de educação sexual nas escolas não levam a que os jovens protelem o início da actividade sexual.

Ainda nesta abordagem, também os professores portugueses estão confiantes que esta é uma área importante para os jovens (crianças e adolescentes), uma vez que, com o estudo de Matos e Ramiro (2008), foi observada uma atitude positiva relativamente à implementação de um programa deste género. Não obstante, no que se refere à possibilidade

desta educação motivar comportamentos sexuais precoces, estes “acreditam moderadamente” que esta é propícia a tal.

Seguindo Marques *et al.* (2000), uma outra problemática que se coloca é qual deve ser a metodologia geral da Educação Sexual, uma vez que esta não se deve limitar exclusivamente a aspectos de carácter informativo. Estes autores, defendem que os alunos deverão assumir um papel activo e participativo na sua educação ao recolherem informação e participarem em debates e momentos de síntese, através dos quais seriam avaliados pelo seu percurso feito e resultados alcançados, tornando-se assim, estudantes nesta área. Para além disto, já em 1995, Mellanby *et al.*⁴³ verifica que programas de educação sexual em meio escolar, cuja metodologia incluía a participação de profissionais de saúde, são os mais eficazes na promoção da adopção de estilos de vida sexual saudáveis. Mais tarde, McKay e McCall (2004)⁴⁴, defendem igualmente, que uma metodologia competente deve assentar numa planificação de actividades, na transmissão clara e simplificada de informação baseada em factos e na articulação com outras escolas e recursos na comunidade (ex. profissionais de saúde). Introduzem ainda a noção de que é fulcral averiguar as características da população-alvo do programa, antes da sua aplicação, colhendo alguns dados sobre a percepção que esta tem de sexualidade e da sua vivência, para assim adequar os instrumentos de abordagem à temática. Nisto, aconselham posteriormente que sejam dedicadas cerca de 14 horas ao esclarecimento de conteúdos

⁴⁰<http://newsforums.bbc.co.uk/ws/thread.jspa?threadID=6329> – Neste verifica-se o depoimento do cardeal Geraldo Majella, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em que este afirma que o programa de educação sexual do governo federal induz à promiscuidade por promover a distribuição de preservativos; <http://www.lifesitenews.com/ldn/2009/jun/09061202.html> – Aqui, vem contemplada uma notícia acerca da posição do Governo Indiano no que concerne à implementação da Educação Sexual nas escolas. Segundo estes, esta abordagem não minimiza a gravidez na adolescência, induzindo, efectivamente, a promiscuidade.

⁴¹MUELLER, Trisha – Mestre em Saúde Pública, Epidemiologista na área da saúde reprodutiva. Este estudo, publicado no *Journal of Adolescent Health* (FI: 2.910), tinha como propósito inferir sobre se a exposição à educação sexual influencia de algum modo a utilização de métodos contraceptivos, na primeira relação sexual, a idade em que esta se dá, ou se até esse momento os participantes já tiveram relações sexuais.

⁴²COLLINS, Chris – Mestre em Políticas Públicas, especializado na área de prevenção da SIDA.

⁴³MELLANBY, Alex – Médico Investigador do Departamento de Saúde da Criança da Universidade de Exeter. O estudo, publicado pelo BMJ (12.827), abordado, de carácter experimental, tinha como objectivo o desenvolvimento e ensino de um programa de Educação Sexual que visasse a diminuição da actividade sexual na população de estudantes de uma escola.

⁴⁴MCKAY, Alex – Coordenador de Investigação do Conselho de Informação e Educação Sexual do Canadá. Co-Editor de “*The Canadian Journal of Human Sexuality*”; MCCALL, Douglas – Director Executivo da Associação de Saúde Escolar do Canadá e Gestor de Educação em Vancouver. O documento consultado, através da *Society of Obstetricians and Gynecologists of Canada*, é um estatuto, revisto e aprovado pelo Conselho Executivo da Sociedade de Ginecologistas e Obstetras do Canadá, que veio substituir o programa nº 13 de 1992. Neste, são apresentados dados de evidência que remetem para a construção de linhas orientadoras que permitam a elaboração de programas de Educação Sexual em meio escolar adequados às necessidades dos jovens canadianos.

sobre a importância da utilização de contraceptivos, visando principalmente o adiamento da primeira relação sexual.

No que concerne à realidade portuguesa, Saavedra *et al.* (2007), descreve a não contemplação da importância do género, cultura de classe e étnica regional e local por parte dos programas e metodologias em presente aplicação.

Saito e Leal (2000)⁴⁵ e Nunes (2009), submetem uma perspectiva que completa a anterior, ao defenderem que este processo educativo não se deve cingir unicamente à aprendizagem da utilização de um único método anticoncepcional, mas de todos os disponíveis, potenciando o desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo, para que possa deliberar e decidir sobre a sua vida sexual e subjacente projecto de saúde. No fundo, trata-se também de uma vertente da educação para a cidadania, incorporando a noção de responsabilidade para consigo e com o outro.

Dailard (2001)⁴⁶ e Santelli *et al.* (2006)⁴⁷ relatam ainda uma realidade diferente na qual vários países estrangeiros, desde o final da década de 80, nomeadamente os Estados Unidos da América, adoptaram programas educacionais cujo propósito era, única e exclusivamente, a promoção da abstinência sexual. Sendo assim, Santelli *et al.* (2006), alertam que embora existam estes programas nestes moldes, a abordagem deve ser feita respeitando o direito do indivíduo à informação, assegurando a inclusão de dados concretos sobre as IST's e outros aspectos relativos à Saúde Sexual. Desta forma, reforça mais uma vez a necessidade premente da implementação de programas multidisciplinares que dêem oportunidade ao indivíduo de escolher o método que mais se adequa ao seu projecto de vida.

Adequando à realidade portuguesa, verifica-se através dos objectivos da educação sexual em meio escolar, explanados pelo Ministério da Saúde (2005), que a metodologia baseada na abstinência sexual não é uma realidade⁴⁸.

De tudo isto, emerge a Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, que se aplica a todos os estabelecimentos do ensino básico e secundário do sector público e privado. Esta constitui um objecto de inclusão obrigatória nos "projectos educativos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (...)". Não obstante, através dos depoimentos mencionados na *Conferência Episcopal Portuguesa de 20 de Abril*, pode-se verificar que a igreja católica adopta uma posição totalmente contra a implementação desta lei, uma vez que a visualizam como "um atentado", que obriga o ensino desta disciplina, sem ter em conta as convicções das famílias⁴⁹.

3.4. Profissionais de saúde

Mellanby *et al.* (1995); Nunes (2009); McKay e McCall (2004), no que concerne às questões do papel do profissional de saúde, mais concretamente o enfermeiro, na educação sexual, tornam perceptível a importância das articulações entre a escola com as equipas dos centros de saúde. Tal é justificado com o facto do enfermeiro ser um profissional de saúde com competências científicas, técnicas e humanas, reconhecidas para ajudar as pessoas em qualquer etapa de desenvolvimento do seu ciclo de vida. Neste sentido, a sua inclusão em programas de educação sexual em meio escolar, deve assentar na realização de acções baseadas na promoção de saúde tanto dos jovens como das famílias incluídas neste processo de aprendizagem (ALMEIDA e CENTA, 2008).

⁴⁵ SAITO, Maria – Doutorada em Medicina na área de Pediatria; LEAL, Marta – Mestre em Medicina na área de Pediatria. É um estudo com o intuito apresentar os deferentes objectivos a atingir com um programa de educação sexual, mencionando algumas das principais premissas que uma proposta de educação sexual deverá contemplar.

⁴⁶ DAILLARD, Cynthia – Associada Senior do Guttmacher Institute.

⁴⁷ SANTELLI, John – Pediatra e especialista em medicina do adolescente. Professor na *School of Public Health* da *Columbia University*. Este estudo, apresentado pelo *Journal of Adolescent Health* (FI: 2,910), pretende estudar as questões relacionadas com as políticas e programas baseados na abstinência sexual como método contraceptivo que deve ser seguido até ao casamento.

⁴⁸ Segundo Ministério da Saúde (2005), pode-se afirmar que o grande objectivo da educação sexual é contribuir para uma vivência da sexualidade mais informada, gratificante, autónoma e responsável. Alguns objectivos mais específicos, respeitantes ao domínio das competências individuais, prendem-se com: 1) desenvolvimento das competências para recusar comportamentos não desejados ou que violem a dignidade e os direitos pessoais; 2) aquisição e utilização de um vocabulário adequado; utilização, quando necessário, de meios seguros e eficazes de contracepção e de prevenção do contágio de infecções de transmissão sexual; 3) desenvolvimento de competências para pedir ajuda e saber recorrer a apoios, quando necessário.

⁴⁹ <http://www.mundomais.com.br/exibemateria2.php?idmateria=443>

Torna-se importante mencionar ainda, que a Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto contempla esta necessidade de existir um acompanhamento dos profissionais de saúde das unidades de saúde e da respectiva comunidade local, assegurando todas as condições necessárias para uma eficaz cooperação entre estes e as escolas.

Segundo Nunes (2009), as Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), dispõem do enquadramento profissional para dar resposta à necessidade de cooperação entre escolas e equipas de centros de saúde. Porém, vários autores, nomeadamente Oliveira *et al.* (2008) citado por Nunes (2009), apresentam um estudo onde que indica que esta articulação não permite a assistência completa em todos os contextos de Saúde Escolar, na medida em que o “elevado número de responsabilidades e actividades que o enfermeiro possui no seio desta unidade de saúde” não viabiliza a melhor prestação de cuidados de enfermagem.

Além disto, Hoffman e Zampieri⁵⁰ (2009) apontam a necessidade de planeamento e implementação de acções de saúde, totalmente adaptadas à população jovem, uma vez que na sua óptica os serviços de saúde disponíveis para a população geral, são insuficientes para responder às suas necessidades.

Não obstante, diversos autores como Moura e Sousa (2002) e Ramos *et al.* (2000) citado por Nunes (2009), afirmam que é imperativa uma actualização dos conhecimentos dos profissionais da saúde, motivando-os à obtenção de informação para posterior disponibilização desta à comunidade, com o intuito de desenvolver competências que lhes permitam lidar com as questões da sexualidade, uma vez que poderão “ser multiplicadores dessas informações durante as suas vidas profissionais”. Ainda nesta abordagem, Hoffman

e Zampieri (2009) atentam para o facto de muitos profissionais de saúde terem dificuldade em aceitar que os adolescentes possuem vida sexual activa e que muitas das vezes para além de necessitarem de informações também requerem acesso a métodos anticoncepcionais. Estes autores mencionam que, frequentemente, o acesso a estes métodos é dificultado a menores de idade, pelo que o desafio actual, passa por garantir que os jovens adolescentes tenham acesso aos serviços antes de iniciarem a sua vida sexual, oferecendo-lhes cuidados holísticos, perspectivando dimensões psicológicas, sociais e educacionais.

3.5 Sociedade/comunidade

Diferentes autores no que diz respeito à influência da sociedade sobre a sexualidade dizem que esta é das características humanas mais moldadas pelo processo de socialização, uma vez que a sociedade, ou num sentido mais próximo a comunidade, com os seus recursos e instrumentos, transmitem valores e regras de conduta, formal ou informalmente, na área da sexualidade (NUNES, 2004; VILAR, 2005; MARQUES *et al.*, 2000).

Segundo Vilar (2005), os *mass media*, no qual estão contemplados o rádio, a televisão, o cinema, internet, os livros e cartazes ou posters, estão no cerne da circulação rápida de informações, definindo ideias e formas de estar na vida, constituindo fortes elementos de divulgação das noções de sexualidade. Não obstante, segundo este autor, esta forma de transmissão de valores sexuais, influencia muito pouco o domínio dos conhecimentos, da literacia e das competências. Quem não partilha a mesma opinião é Pinto⁵¹ (1995), ao referir que a televisão é um “eficaz instrumento de (des)educação sexual”, uma vez que actua como um “(...) educador sexual alternativo, capaz de fornecer informações sexuais de todos os tipos, fiéis ou tendenciosas, correctas ou distorcidas.” Colocando as questões da influência da televisão, em

⁵⁰ HOFFMAN, Ana – Enfermeira Obstetra, Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho; ZAMPIERI, Maria – Professora Assistente da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorada em Enfermagem e especialista em obstetria social e neonatal. Neste estudo, divulgado pela Revista de Saúde Pública (FI:0,226), descreve-se a actuação do enfermeiro mediante questões da sexualidade e contracepção em contextos de programas de planeamento familiar, visitas domiciliárias e programas de saúde escolar.

⁵¹ PINTO, Luiz – Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia, Psiquiatra e Psicanalista. Este estudo, publicado pelo Jornal de Pediatria (FI: 0.4516), tem como principal intuito descrever a influência que a televisão exerce sobre a educação sexual nos adolescentes, bem como os conteúdos por esta expostos.

específico, sob uma perspectiva positiva, estão Collins *et al.* (2003)⁵² ao concluírem, através de um estudo, que este meio pode contribuir para uma educação sexual saudável, uma vez que alerta os jovens para os riscos e responsabilidades associados. Para tal, definem como imprescindível a participação dos pais ou família no processo de aprendizagem, ao moderarem os conteúdos a que são expostos, participando, assim, na sua compreensão.

Igualmente acerca do impacto dos meios de tecnologia e informação, encontra-se um estudo da Organização Mundial da Saúde (2006)⁵³, que constata que a internet é bastante eficaz e fiável, exercendo um papel de significativa relevância no alerta para os perigos das questões reprodutivas e sexuais.

Desta feita, há um contributo para o uso de contraceptivos sem que tal promova ou encoraje forçosamente a actividade sexual. Numa outra abordagem, Smith *et al.* (2000)⁵⁴ inferem não só que a informação mais geral sobre esta temática é difícil de encontrar, como geralmente carece de elementos essenciais. Identificaram ainda, através de uma pesquisa sob a internet, com recurso a palavras-chave, que 63% das 1,556 páginas estavam categorizadas como sites pornográficos.

Conclusões

Durante a revisão bibliográfica consciencializámo-nos que o meio escolar como contexto de desenvolvimento de um programa de educação sexual, integrado no projecto nacional de educação, é palco de várias discussões, recebendo contributos de diversos

profissionais que assumem diferentes posições ideológicas face a este desafio. Indubitavelmente, com esta comparação, e tendo em conta os diferentes agentes considerados pela literatura aqui abordados, tanto na globalidade do assunto, como na sua especificidade, podemos inferir que todos estes são igualmente importantes, não havendo uma relação hierárquica entre os mesmos. Logo, o recurso a estes meios ou agentes para a educação sexual, não deve ser decidido por ponderação de alternativas, mas pela forte relação de complementaridade entre estes.

Em suma, não é possível afirmar categoricamente a existência de um único agente formador na área da educação sexual, portanto considera-se que a promoção da saúde sexual deve ser realizada de forma multi-contextual e num seio de uma equipa com diferentes valências multidisciplinares.

Por fim, parece-nos importante salientar que apesar da legislação portuguesa já contemplar a importância da educação sexual, desde 1984, e mais recentemente a sua implementação em meio escolar, quer básico e secundário, em 2009, aguardamos com entusiasmo as mudanças necessárias, nos tempos que se avizinham, para que esta se dê.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana; CENTA, Maria – *A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem*. Revista Acta Paul Enfermagem. ISSN Vol 22, n.º1. (Setembro de 2008) 71-6;
- CARVALHO, Ana; SIMÕES, Alcino; SILVA, João Paulo - Indicadores de qualidade e de confiança de um site: Acta das Jornadas. Minho: Jornadas ADMEE, 2005;
- COLLINS, Chris *et al.* - *Abstinence Only vs. Comprehensive Sex Education: What are the arguments?, What is the evidence?*. California: San Francisco, Março de 2002. Monografia em Promoção de Saúde;
- COLLINS, Rebecca *et al.* - *Entertainment Television as a healthy educator: the impact of condom-efficacy information in a episode of friends*. Official Journal of the American Academy of Pediatrics. Vol.112, n.º5 (Novembro de 2003). 1115-1121;
- COSTA, ALDA – *Educação sexual numa perspectiva de educação para a saúde: um estudo exploratório na escola secundária pluricurricular de Santa Maria maior de Viana do Castelo*. Braga, Junho de 2006. Dissertação de mestrado em educação, área de especialização em educação para a saúde;
- DAILARD, Cynthia - *Sex Education: Politicians, Parents, Teachers and Teens*. Issues Brief. ISSN Vol. 2, n.º1 (Fevereiro de 2001). 1-4;

⁵² Neste estudo, divulgado pelo *Official Journal of Academy Pediatrics* (FI: 4,789), pretende-se avaliar o impacto que uma série televisiva pode exercer sobre os conhecimentos relacionados com a utilização de preservativos. Para o cumprimento deste objectivo, foram inquiridas por telefone, 506 adolescentes seguidores deste programa, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos

⁵³ Neste estudo, que teve início em 2003, estudou-se uma amostra de jovens de Shangai, provenientes de duas escolas do ensino secundário e quatro universidades. Pretendeu-se com este estudo analisar a viabilidade e eficácia dos conteúdos presentes na internet sobre a temática da educação sexual e reprodutiva.

⁵⁴ SMITH, Meghan – Investigadora da Universidade do Michigan. Relativamente a este estudo, publicado pela *Health Education & Behaviour* (FI: 2.000), realizou em equipa, um estudo cujo objectivo se prende com a descrição acerca dos conteúdos e acessibilidade dos mesmos no que concerne à temática de educação sexual.

DECRETO- LEI nº3/84, "D.R. Série A" 71-24-3-1984;

DICENSO, Alba *et al.* - *Interventions to reduce unintended pregnancies among adolescents: systematic review of randomized controlled trials*. British Medical Journal. Vol. 324 (Junho de 2002). 1-19;

DUARTE, Vilar In MARQUES, António *et al.* - *Educação Sexual no 1º Ciclo: um guia para professores e formadores*. 1ª edição. Lisboa: Texto Editora, 2002. ISBN: 972-47-2167-1;

HANSON, Shirley - *Enfermagem de cuidados de saúde à família: teoria, prática e investigação*. 2ª edição. Loures: Lusociência, 2004. ISBN 972-8383-83-5;

HOFFMANN, Ana; ZAMPIERI, Maria – *A actuação do profissional de enfermagem na socialização de conhecimentos sobre a sexualidade na adolescência*. Revista Saúde Pública. ISSN 2175-1323. Vol. 2, n.º1 (Janeiro/Julho de 2009). 56-68;

VILAR, Duarte - *A Educação sexual faz sentido no actual contexto de mudança?* . Revista Educação Sexual em Rede. ISSN 1646-1541. N.º1 (Julho/Setembro de 2005). 8-14;

VILHENA, VALÉRIA; CRESTANA, Maria - *Produção científica: critérios de avaliação de impacto*. Revista da Associação Médica Brasileira. ISSN 0104-4230. N.º 1, Vol.48. (Janeiro/Março de 2002);

MARQUES, António *et al.* - *Educação sexual em meio escolar: linhas orientadoras*. [s.d]. Lisboa: Ministério da Educação, 2000. ISBN 972-783-035-8;

MATOS, Margarida; RAMIRO, Lúcia - *Percepções de professores portugueses sobre educação sexual*. RevistaSaúdePública. ISSN 0034-8910 . Vol.42, n.º4 (2008). 684-92

MELLANBY, Alex – *A comparative study of peer-led and adult-led school sex education*. Oxford University Press. Vol.16, n.º4 (2001). 481-492;

MELLANBY, Alex *et al.* - *School sex education: an experimental programme with educational and medical benefit*. British Medical Journal. Vol.311 (Agosto de 1995). 414-17;

METELLO, José *et al.* - *Desfecho da gravidez nas jovens adolescente*. Revista Brasileira Ginecologia Obstetricia. Vol.30, n.º.12 (2008). 620-25;

MCCALL, Douglas; MCKAY, Alex - *School-based and school-linked sexual health education and promotion in Canada*. SOGC Policy Statement. Vol. 1, n.º146 (Junho de 2004). 596-600;

MUELLER, Trisha *et al.* - *The Association Between Sex Education and Youth's Engagement in Sexual Intercourse, Age at First Intercourse, and Birth Control Use at First Sex*. Journal of Adolescent Health. ISSN 1054-139X. Vol. 42, n.º 1 (Julho de 2007). 89-96;

MOURA, Escolástica; SOUZA, Rosilêa - *Educação em saúde reprodutiva: proposta ou realidade do Programa Saúde da Família?*. Cadernos de saúde pública. ISSN 0102-311X. Vol. 18, n.º6 (Novembro/Dezembro de 2002). 1809-1811;

PINTO, Angelo; ANDRADE, Jailson - *Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro?*. Quím. Nova [online]. ISSN 0100-4042. 1999, vol.22, n.3;

PINTO, Luiz – *Televisão e Educação Sexual*. Jornal de Pediatria. ISSN 0021- 7557. Vol.71, n.º5 (1995). 248-254;

SAAVEDRA, Luísa *et al.* - *Género, cultura e sexualidade em jovens portuguesas e portugueses: um programa de educação sexual*. IV Congresso Astur-Galaico de Sociologia. Universidade do Minho, Braga. 2005;

SANTELLI, John *et al.* - *Abstinence and abstinence-only education: A review of U.S. policies and programs*. Journal of Adolescent Health. Vol.38,n.º1 (Janeiro de 2006). 72-81;

SIEVING, Renee *et al.* - *Friends' Influence on Adolescents' First Sexual Intercourse*. Perspectives on Sexual and Reproductive Health. Vol.38, n.º1 (Março de 2006). 13-19;

SMITH, Meghan *et al.* - *The Content and Accessibility of Sex Education Information on the Internet*. Health Education & Behavior. ISSN 1090-1981 Vol. 27, n.º6 (2000). 684-694;

Referências Electrónicas

FORREST, Simon; KANNABUS, Annabel – *Sex Education That Works*. <http://www.avert.org/sex-education.htm> (consultado 13/10/2009 às 19h47m);

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2005) - *Educação sexual e reprodutiva*. <http://www.min-saude.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/saude+escolar/educacao+sexual.htm> (consultado 18/11/2009, às 18h41m);

MORAN, Jeffrey (2008). <http://www.faqs.org/childhood/Re-So/Sex-Education.html> (consultado 18/10/2009 às 18:00);

NUNES, Lucília (2009) - *Parecer n.º 109 / 2009*. www.ordemenfermeiros.pt/.../Parecer_109_ProjLei_educacao+sexual_nas_escolas_VF.pdf. (consultado 13/10/2009 às 10h46m);

NUNES, Lucília (2005) – *Fórum: Educação Sexual*. <http://conversamos.wordpress.com/2005/02/04/forum-educacao-sexual/>. (consultado 10/10/2009, às 19h50m) ;

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (2006) - *The internet is an effective means of providing sex and reproductive health education to young people in Shanghai, China*. www.who.int/.../reproductivehealth/...internet/en/index.html(consultado 11/10/2009 às 18h40m);

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1975) – *Definição de Sexualidade*. <http://moodle.espa.edu.pt/mod/resource/view.php?id=1582> (acedido dia 18/11/2009, às 12h48m);

SAITO, Maria; LEAL, Marta (2000) - *Educação sexual na escola*. <http://209.85.129.132/search?q=cache:80eouyYY8IQJ:www.pediatriasapaulo.usp.br/upload/html/451/body/07.htm+SAITO,+Maria;+LEAL,+Marta+Educação+sexual+na+escola&cd=6&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> (acedido dia 18/11/2009 às 15h49m);

SILVA, Maria [s.d] - *Debate. Educação Sexual. Impossível adiar mais*. www.2pontos.pt/outrasdicoes/.../2PONTOS02_39983_6_8.pdf (consultado 10/10/09 às 18h55m);

SOUSA, Paula; BOAS, Joaquim [s.d] - *Doenças Sexualmente Transmissíveis – o retrato dos estudantes Universitários do Noroeste Português*. http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Remoaldo_P_C_A.pdf (consultado 7/12/2009, às 11h15m);